

EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICA CULTURAL: DESAFIOS DO “OUTRO” COMO SUJEITO DA POLÍTICA

Elaine Monteiro – UFF

Agência(s) Financiadora(s): PROEXT/MEC/SESU

RESUMO:

Este trabalho pretende a partir da experiência de um programa de salvaguarda de patrimônio cultural imaterial, há pouco mais de uma década reconhecido como patrimônio cultural do Brasil, discutir a contribuição da Educação Popular para a inserção do “outro” como sujeito na elaboração de políticas públicas.

A Constituição de 1988, por meio da autodeclaração, permitiu que indivíduos, grupos e comunidades se autoafirmassem como sujeitos de direitos. A partir do momento em que tais sujeitos conseguiram o reconhecimento do Estado, este se viu diante da obrigação da inclusão de novos sujeitos nos processos de elaboração de políticas públicas.

No Brasil, a garantia de tais direitos pressupõe o enfrentamento de conflitos historicamente colocados por uma postura colonial de negação da alteridade e de privilégios das elites. Tais conflitos se acentuam quando as políticas em pauta são políticas culturais que buscam reconhecer a importância e o papel de sujeitos até então invisíveis e silenciados na constituição do patrimônio cultural do país, como a significativa contribuição de negros e indígenas.

Palavras-chave:

Estado, Sociedade Civil, Educação Popular, Patrimônio Cultural Imaterial.